

PEDRO GOMES

Ouve-se, com frequência, que o presidente da República hesita, protela, desiste, recua. E daí? O presidente tem todo o direito de vacilar, adiar, desistir, retroceder, rever. Se fosse um monarca absoluto ou um ditador incontestável, dispensaria essas provas de falibilidade. Mas é o mandatário de um regime democrático, e como tal as suas decisões devem representar não a sua vontade unilateral e solitária, mas o denominador comum das vontades em nome das quais exerce a chefia do Poder Executivo, lidera e governa o país.

O brasileiro continua pretendendo e esperando que o Governo resolva todos os lances e impasses do quebra-cabeça nacional. E continua querendo no Palácio do Planalto a presença do homem forte, capaz ao mesmo tempo de submeter-se aos limites constitucionais e fazer da sua autoridade suprema uma fortaleza inexpugnável.

Mas não é isso o que pede o sistema de governo democrático, nas suas exatas dimensões representativas e pluralistas. Trata-se de um modelo composto de instituições formais e informais, de partidos políticos, de estruturas públicas e privadas, de múltiplos órgãos de comunicação social, de participações comunitárias, de segmentos influentes de toda natureza no contexto decisório. A democracia é o regime da opinião pública, e nada mais poderoso e também mais flutuante e fragmentário do que esse paradigma da

sociedade aberta. É o regime da vontade popular, e nada com maior potencial de imprevisibilidade do que as tendências e preferências da massa votante.

Não são raras as vezes em que, no processo de governar, a hesitação é necessária e o recuo chega a tornar-se imperativo. Pouco importa que uma decisão presidencial pareça definitivamente concluída, alcance o conhecimento do Congresso e da Nação, cristalice-se nas páginas do Diário Oficial. Se evidências imediatamente posteriores convencem o chefe do Governo de que decidiu errado, aplaudamos a sua coragem de voltar atrás, de passar uma borracha na solução que apresentou ao país como a mais indicada para o problema entregue ao seu veredito.

Claro, ninguém está pregando a indecisão como norma. Não se idealiza um presidente da República sistematicamente inseguro, sujeito a cada instante a equívocos, ambivalências, crises de rumo. Falamos aqui do direito ao episódico passo atrás, prerrogativa que pode atingir em certos casos o nível do dever de recuar. Condena-se especificamente a pretensão de aplicar o princípio da infalibilidade ao chefe de um governo democrático, cujas responsabilidades perante o país e o povo envolvem um compromisso plural, compartilhado.

Quem sabe se muitos dos censores do presidente da República, desses bem afinados com a modernidade tecnológica, não estarão preferindo a informatização de suas decisões críticas? Um computador palaciano avaliaria todas as variáveis de uma

questão polêmica. Depois bastaria ao presidente apertar a tecla da solução, para obtê-la numa velocidade de 100 MHz. E quem ousaria, nos tempos microsóficos de hoje, duvidar da resposta da máquina inteligente, além de incorruptível? Ela proporia a fórmula asséptica, isenta de interferências emocionais, de engajamento ou passionismo político-partidário, de preocupações sociais. E então as hipóteses da hesitação e do retrocesso ficariam afastadas por completo. Seria a vitória do inexorável, flor (espinhosa) do totalitarismo.

Na mesma ordem de idéias, também é comum ouvir que o presidente da República sai enfraquecido, desgastado, ferido na sua credibilidade, porque às vezes vacila ou retrocede. Isso não passa de uma fantasia imposta a setores mais indefesos da opinião pública. Não se tratando, obviamente, de um mandatário geneticamente tíbio, saído das urnas como de uma incubadora, não serão acidentes de percurso que lhe afetarão os mecanismos fundamentais do comando. A autoridade presidencial está longe de sofrer essa volatilidade que os apressados e os superficialistas lhe atribuem.

Há um consistente fio condutor que resiste a choques e até a curto-circuitos. No futebol vemos jogadores contundidos que rolam de dor no gramado, parecem aleijados para sempre, e no entanto logo ficam de pé e lépidos com um unguento que neles aplica o massagista. O presidente da República que mereça esse título privilegiado não sai do campo, de maca, porque sofra uma canelada ou uma cabeçada. Os músculos e os

nervos de sua posição de liderança não demoram a readquirir a higidez original. Só mesmo situações de crise abissal, como as que enredaram o ex-presidente Collor, são capazes de minar as bases de um poder conquistado por maioria absoluta nas urnas livres e cercado de mil aparatos institucionais de sustentação.

A verdade é que se perde muito tempo com esse festival de presunções falsas ou irrealistas. Mas os caçadores de crises são inevitáveis, pois o ecossistema democrático também possui a sua fauna predadora. A qual resta, de qualquer maneira, uma função no equilíbrio ambiental.

Eleições diretas, Constituição liberal e socialmente avançada, instituições funcionando a todo pano, plena liberdade de expressão, esses variados mecanismos normativos e instrumentais da nova democracia brasileira parecem enfrentar ainda uma zona de vácuo. O regime talvez ainda careça dos valores da humildade, porque apesar de tudo construído e moldado com o barro bíblico. Permittamos ao presidente da República a alternativa política e humana de abdicar de propósitos e projetos, quando necessário. Suspende-se o lançamento de espaçonaves e foguetes no último segundo da contagem regressiva. Há 50 anos, na História do nosso século, um providencial recuo do presidente Harry Truman na decisão de despejar bombas atômicas sobre o Japão seria visto pelos contemporâneos como uma interferência da mão divina.